

# BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2011, da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre, a BEC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 923 mil, correspondente a R\$ 55,94 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 30,330 milhões e Ativos Totais de R\$ 30,976 milhões.

Osasco, SP, 26 de julho de 2011.

Diretoria

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2011	2010
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>30.944</b>	<b>29.042</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	3	6
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 5).....	30.882	29.002
Carteira Própria.....	30.882	29.002
OUTROS CRÉDITOS.....	59	34
Rendas a Receber.....	46	17
Diversos (Nota 6).....	13	17
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>31</b>	<b>31</b>
OUTROS CRÉDITOS.....	31	31
Diversos (Nota 6).....	31	31
<b>PERMANENTE</b> .....	<b>1</b>	<b>-</b>
INVESTIMENTOS.....	1	-
Outros Investimentos.....	2	2
Provisões para Perdas.....	(1)	(2)
<b>TOTAL</b> .....	<b>30.976</b>	<b>29.073</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2011	2010
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>1.656</b>	<b>1.214</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b).....	1.656	1.214
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>1.656</b>	<b>1.214</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>(150)</b>	<b>(60)</b>
Outras Despesas Administrativas (Nota 10).....	(125)	(119)
Despesas Tributárias (Nota 11).....	(86)	(67)
Outras Receitas Operacionais (Nota 12).....	76	139
Outras Despesas Operacionais (Nota 12).....	(15)	(13)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b> .....	<b>1.506</b>	<b>1.154</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b> .....	<b>1.506</b>	<b>1.154</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14)</b> .....	<b>(583)</b>	<b>(412)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b> .....	<b>923</b>	<b>742</b>
Número de cotas (Nota 9a).....	16.500.000	15.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	55,94	49,47

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2011	2010
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	1.506	1.154
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos</b> .....	<b>1.506</b>	<b>1.154</b>
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários para Negociação.....	(571)	(304)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos.....	(95)	(96)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações.....	6	(5)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(914)	(852)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b> .....	<b>(68)</b>	<b>(103)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Dividendos Recebidos.....	64	92
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos</b> .....	<b>64</b>	<b>92</b>
<b>Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(4)</b>	<b>(11)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	7	17
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	3	6
<b>Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(4)</b>	<b>(11)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável, incluindo estimativas e premissas, tais como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2011.

### 3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

#### b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *"pro-rata"* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

#### e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

#### f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

#### g) Investimentos

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas e da redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

#### h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável (apurado: (i) pelo seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior). Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

#### i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 7a);
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 7b); e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 7b).

#### j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *"pro-rata"* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *"pro-rata"* dia).

#### k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

### 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional.....	3	6
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b> .....	<b>3</b>	<b>6</b>
<b>Total caixa e equivalentes de caixa</b> .....	<b>3</b>	<b>6</b>

### 5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

#### a) Classificação por categorias e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil								
	2011		2010		2011		2010		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
<b>Títulos (1)</b>									
<b>Títulos para negociação: (3)</b>									
Certificados de depósitos bancários.....	-	-	-	261	261	261	-	900	-
Debêntures.....	-	-	-	266	266	266	-	1.196	-
Letras do tesouro nacional.....	254	-	-	167	421	421	-	334	-
Letras financeiras do tesouro.....	-	615	1.430	14.699	16.744	16.744	-	26.572	-
Operações Compromissadas.....	10.952	306	-	-	11.258	11.258	-	-	-
Outros.....	-	-	-	1.932	1.932	1.932	-	-	-
<b>Total em 2011</b> .....	<b>11.206</b>	<b>921</b>	<b>1.430</b>	<b>17.325</b>	<b>30.882</b>	<b>30.882</b>	-	<b>29.002</b>	-
<b>Total em 2010</b> .....	<b>9.092</b>	<b>1.756</b>	<b>6.902</b>	<b>11.252</b>	<b>30.882</b>	<b>30.882</b>	-	<b>29.002</b>	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros	
	Capital Realizado	Aumento de Capital	Legal	Estatutárias	Acumulados	Totais
<b>Saldos em 31.12.2009</b> .....	<b>15.000</b>	<b>-</b>	<b>1.214</b>	<b>11.632</b>	<b>-</b>	<b>27.846</b>
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	742	742
Destinações: - Reservas.....	-	-	37	698	(735)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(7)	(7)
<b>Saldos em 30.6.2010</b> .....	<b>15.000</b>	<b>-</b>	<b>1.251</b>	<b>12.330</b>	<b>-</b>	<b>28.581</b>
<b>Saldos em 31.12.2010</b> .....	<b>15.000</b>	<b>-</b>	<b>1.293</b>	<b>13.123</b>	<b>-</b>	<b>29.416</b>
Aumento de Capital.....	-	1.500	-	(1.500)	-	-
Homologação de Aumento de Capital.....	1.500	(1.500)	-	-	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	923	923
Destinações: - Reservas.....	-	-	46	868	(914)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(9)	(9)
<b>Saldos em 30.6.2011</b> .....	<b>16.500</b>	<b>-</b>	<b>1.339</b>	<b>12.491</b>	<b>-</b>	<b>30.330</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

Descrição	2011	%	2010	%
<b>1 - RECEITAS</b> .....	<b>1.717</b>	<b>107,9</b>	<b>1.340</b>	<b>109,7</b>
1.1) Intermidação Financeira.....	1.656	104,0	1.214	99,4
1.2) Outras.....	61	3,9	126	10,3
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> .....	<b>(125)</b>	<b>(7,9)</b>	<b>(119)</b>	<b>(9,7)</b>
Serviços do sistema financeiro.....	(6)	(0,4)	(3)	(0,2)
Propaganda, promoções e publicidade.....	(89)	(5,6)	(90)	(7,4)
Contribuição sindical patronal.....	(12)	(0,8)	(11)	(0,9)
Serviços técnicos especializados.....	(18)	(1,1)	(15)	(1,2)
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b> .....	<b>1.592</b>	<b>100,0</b>	<b>1.221</b>	<b>100,0</b>
<b>4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b> .....	<b>1.592</b>	<b>100,0</b>	<b>1.221</b>	<b>100,0</b>
<b>5 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b> .....	<b>1.592</b>	<b>100,0</b>	<b>1.221</b>	<b>100,0</b>
<b>6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b> .....	<b>1.592</b>	<b>100,0</b>	<b>1.221</b>	<b>100,0</b>
6.1) Impostos, Taxas e Contribuições.....	669	42,0	479	39,2
Federal.....	669	42,0	479	39,2
6.2) Remuneração de Capitais Próprios.....	923	58,0	742	60,8
Dividendos Propostos.....	9	0,6	7	0,6
Lucros Retidos.....	914	57,4	735	60,2

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Fundos de investimento.....	1.656	1.214
<b>Total</b> .....	<b>1.656</b>	<b>1.214</b>

c) A BEC DTVM não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2011 e de 2010.

### 6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Créditos tributários.....	39	41
Impostos e contribuições a compensar.....	5	7
<b>Total</b> .....	<b>44</b>	<b>48</b>

### 7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

# BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco

ISO 9001

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

### 14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.506	1.154
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(602)	(462)
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	7	38
Outros valores	12	12
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre</b>	<b>(583)</b>	<b>(412)</b>

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas do segmento financeiro foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3f).

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da  
**BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**  
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### 15) OUTRAS INFORMAÇÕES

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns procedimentos contábeis e suas interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); e
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

### A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração para o semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Auditoria dos valores correspondentes a 30 de junho de 2010

Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 27 de julho de 2010, que não continha qualquer modificação.

**KPMG**

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Claúdio Rogélio Sertório  
Contador CRC 1SP212059/O-0

São Paulo, 17 de agosto de 2011

José Cláudio Costa  
Contador CRC 1SP167720/O-1



A CPI deve ser a fotografia do Congresso. A sociedade não suporta mais tantos escândalos.  
Álvaro Dias (PR), líder do PSDB no senado.

# CPI: começa nova coleta de assinaturas

Trabalho foi retomado ontem, quando parlamentares lançaram site para acompanhar avanços rumo à CPI mista destinada a investigar desvios de recursos em ministérios

Parlamentares da oposição lançaram ontem o site [www.cpidacorruptao.blogspot.com](http://www.cpidacorruptao.blogspot.com), para fazer o acompanhamento das assinaturas de apoio à CPI mista destinada a investigar desvios de recursos públicos, sobretudo nos ministérios dos Transportes, da Agricultura e do Turismo, envolvidos em denúncias de pagamento de propina e contratos com empresas de fachada.

O líder do DEM na Câmara, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), mostrou, em um painel instalado no salão verde da Casa, como serão exibidos os nomes de deputados e senadores que assinaram – ou deixaram de assinar – o requerimento de criação da comissão de investigação.

ACM Neto informou que faltam oito assinaturas no Senado para completar o número necessário de 27 adesões. Informou, também, que faltam outras 79 assinaturas na Câmara para atingir o apoio mínimo, que é o de 171 deputados. O site apresenta o endereço

eletrônico e telefone dos parlamentares e a orientação para que os cidadãos "os convençam" a apoiar a CPI. Apresenta, ainda, uma relação de pessoas que apoiam a iniciativa.

O deputado baiano informou que "espontaneamente" já foram coletadas cerca de mil assinaturas. O movimento, iniciado por parlamentares do PSDB, do DEM, do PSol e do PPS, também se estenderá às redes sociais e e-mails de deputados e senadores desses mesmos partidos.

Para o líder do PSDB no senado, Álvaro Dias, do Paraná, "a CPI deve ser a fotografia do Congresso".

"A sociedade não suporta mais tantos escândalos, a indignação é crescente".

Já o líder do DEM no Senado, Demóstenes Torres (GO), acredita que essa iniciativa pode repetir o que ocorreu com o movimento popular em defesa da ficha limpa. "Podemos reeditar o movimento da ficha limpa: os que eram contra, pressionados pela população, aprovaram a proposta". (AE)

Valter Campanato/ABr



Contagem progressiva: portal da CPI da Corrupção recolhe assinaturas e expõe nome dos parlamentares que não aderiram ainda.

# Passos reforça 'lealdade' a Dilma

Após independência do PR, ministro dos Transportes diz na Câmara que há irregularidades na pasta, mas que não é a favor de CPI

Ministro Paulo Sérgio Passos (Transportes) reforçou sua lealdade ao governo da presidente Dilma Rousseff em audiência pública na Câmara dos Deputados, ontem. Filiado ao PR há cinco anos, sua declaração de apoio chega um dia depois de o PR ter declarado sua saída da base do governo.

"Os ministros de Estado, todos sem exceção, devem lealdade, devem prestação de contas de suas condutas e atos à presidente da república. Eu não me afasto dessa regra nem desse princípio geral, não importa a qual partido o ministro pertença".

Ele disse que seria "ingenuidade" sua afirmar que não há irregularidades na pasta. "E tanto há que na atuação rotineira, os órgãos de controle reconhecem erros".

**Seria ingenuidade dizer que não há irregularidades na pasta. Tanto há que, na rotina, os órgãos de controle reconhecem erros.**

PAULO SÉRGIO PASSOS

rito) para investigar denúncias de corrupção no governo.

**Filiação** – O PR, aliado do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tem seis senadores e 41 deputados na atual legislatura. A nova postura do partido sofreu resistência de alguns congressistas.

"Ter me filiado ao partido não significa qualquer tipo de desvio da minha avaliação do que seja o (...) bom trabalho no plano técnico", disse Passos, que defendeu o uso de aditivos. Segundo ele, a adoção do recurso, que eleva o valor de obras em andamento,

to, muitas vezes é necessária para adequar a obra a "necessidades técnicas" não verificadas no projeto básico. O ministro alegou ainda que os que "eventualmente" praticarem irregularidades no uso de aditivos devem responder "por aquilo que fizeram de forma equivocada".

"O ministro (Alfredo Nascimento), por ato próprio, encaminhou sua carta de demissão, uma decisão do ministro que eu respeito. No âmbito do Dnit, todos os diretores que ocupavam cargos pediram exoneração e fizeram isso porque entenderam que facilitaria o governo na condução da autarquia. Os diretores saíram

Antonio Cruz/ABr



Passos: "O ministro Nascimento, assim com os diretores do Dnit afastados, apenas entregaram os cargos".

Perguntado pelo líder do PSDB na Câmara, deputado Duarte Nogueira (SP), se a presidente teria errado ao exonerar o ex-ministro Alfredo Nascimento, Passos disse que Nascimento, assim com os diretores do Dnit afastados, apenas entregaram os cargos.

"O ministro (Alfredo Nasci-

mento), por ato próprio, encaminhou sua carta de demissão, uma decisão do ministro que eu respeito. No âmbito do Dnit, todos os diretores que ocupavam cargos pediram exoneração e fizeram isso porque entenderam que facilitaria o governo na condução da autarquia. Os diretores saíram

para dar oportunidade ao governo de organizar o Dnit".

Paulo Sérgio Passos assumiu o ministério no mês passado, após denúncias de corrupção que derrubaram 28 pessoas na pasta e em órgãos vinculados, como o Dnit. Ele era secretário-executivo do ex-ministro Nascimento. (Agências)

Valdemar: PT, PCdoB ou PSDB na relatoria

O Conselho de Ética realizou ontem o sorteio que precede a escolha do relator do caso do deputado Valdemar da Costa Neto (PR-SP). O presidente do colegiado, José Carlos Araújo (PDT-BA), anunciará na próxima semana qual dos três sorteados será designado para a relatoria. Eles são: Waldenor Pereira (PT-BA), Chico Lopes (PCdoB-CE) e Fernando Franchini (PSDB-PR).

A representação contra Costa Neto foi protocolada em julho pelo PSol e pelo PPS. Os partidos reuniram denúncias apontando a participação do deputado em reuniões no Ministério dos Transportes.

Constam do pedido: vídeo no qual Valdemar negocia a liberação de recursos do ministério para que o deputado Davi Alves Silva Júnior ingressasse no PR; e trecho de entrevista de Valdemar a uma rádio dizendo "querer" uma diretoria de um banco público para ajudar aliados a liberar verbas. O processo pode levar à sua cassação. (AE)